



## **Contradições e desafios da atuação Estatal nas Hortas Comunitárias: o caso do município de Sete Lagoas-MG**

*Contradictions and challenges of State action in Community Gardens: the case of the municipality of Sete Lagoas-MG*

NETA, Eugênia Maria <sup>1</sup>; CALBINO, Daniel <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de São João Del Rei, eugenia.mpereiran@gmail.com, <sup>2</sup> Universidade Federal de São João Del Rei, dcalbino@ufsj.edu.br

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Agricultura Urbana**

**Resumo:** As hortas comunitárias urbanas, enquanto políticas públicas, têm relevante contribuição para o desenvolvimento econômico e social. Em Sete Lagoas uma experiência de 41 anos, se tornou uma referência de política municipal, em vista dos benefícios para 350 famílias organizadas em uma produção agroecológica. Apesar disso, as problematizações críticas dos seus entraves e desafios são necessários para as melhorias da política pública. Nesse contexto, o trabalho se propõe a analisar, à luz de uma perspectiva freireana, as contradições e desafios da intervenção do Estado nas práticas das hortas comunitárias. Por meio de uma pesquisa participante os resultados indicam a tensão entre o papel governamental de gerir o bem estar social e os limites de práticas assistencialistas, que, conseqüentemente, afetam a autonomia dos sujeitos. Conclui-se que o desafio Estatal nas políticas públicas das hortas comunitárias urbanas é a constituição de uma ação extensionista de assistir sem assistencializar.

**Palavras-chave:** assistencialismo; diálogo; produtores rurais familiares.

#### **Introdução**

A proposta de hortas comunitárias urbanas surge como alternativa para o desenvolvimento da comunidade enquanto política pública. Nesse processo, a ressignificação de locais inutilizados confere ao ambiente urbano a presença de produção agrícola. No viés social é que se propaga o conceito de comunitário, possibilitando o acesso às terras para famílias que tenham o interesse em práticas agrícolas ou já tenham origem de trabalho com agricultura, desde que se enquadrem nos requisitos econômicos da proposta (CALBINO et al., 2017).

Na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais, o projeto de hortas comunitárias urbanas é referência nacional. Há pouco mais de quatro décadas, abrange números significativos de famílias assistidas. Os produtores trabalham em um sistema do tipo SAT (Sistemas Agrícolas Tradicionais), que tem como intuito a conservação dos saberes tradicionais, a ecologia do ambiente e também a aproximação da



comunidade local do acesso a alimentos produzidos sem agrotóxicos. Além de proporcionar renda principal ou alternativa às famílias que atuam como produtoras.

No conceito comunitário, assume-se que a realização desse tipo de projeto tenha a participação de todos os membros envolvidos. Sendo assim, estrutura e modificações que ocorrem durante o processo devem ser deliberadas em conjunto com todo o grupo. Em Sete Lagoas, se tratando do gerenciamento das hortas, esse grupo é composto pelo Município de Sete Lagoas, que institui o regulamento de funcionamento das hortas, disponibiliza a área do plantio e condições básicas a produção; junto a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) que, em acordo com o município, fica encarregada de oferecer suporte técnico aos produtores; e as famílias assistidas, que assumem a produção agrícola orientada e são responsáveis pela conservação do local onde atuam, e organização em associações que gerenciam problemas funcionais e identificam as demandas. (CARVALHO, 2006).

Ainda que a política pública de Agricultura Urbana tenha se consolidado no município de forma duradoura, são observadas algumas tensões no que diz respeito à literalidade do conceito aplicado na criação do projeto e ao cumprimento das ações de forma assistencialista, bem como sobre as formas gerenciais que determinam a escolha dos atores contemplados pelas políticas públicas.

A problematização desses desafios se faz importante no fortalecimento e permanência das relações na comunidade envolvida, pois suas práticas como membros e a sobreposição de interesses das entidades públicas do município se apresentam como desafios. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar, à luz de uma perspectiva freireana, as contradições e desafios da intervenção do Estado nas práticas das hortas comunitárias.

Em termos teóricos, o texto assume o pressuposto de que uma crítica à política assistencialista não é a ideia (neoliberal) de negação da oferta de condições materiais e subjetivas para os desiguais, mas uma forma de ação que limita aos homens e mulheres condições à consecução de uma das necessidades fundamentais de sua alma — a responsabilidade. Isso ocorre, pois, faz de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidade de participar do processo de sua própria recuperação. Portanto, no assistencialismo está a violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica (FREIRE, 2007).



## **Metodologia**

O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa participante, com acompanhamento dos agricultores urbanos durante as atividades de extensão em projeto de auxílio a criação de canais de comercialização, de uma parceira da Universidade Federal de São João Del Rei e as hortas comunitárias. Os encontros ocorriam semanalmente, no período de outubro de 2022 a junho de 2023. Para a coleta de dados foram utilizados de entrevistas livres durante os encontros, registradas em diários de campo, que foram complementadas com pesquisas documentais e bibliográficas que tiveram as hortas comunitárias de Sete Lagoas como ambiente observado em seus trabalhos.

## **Resultados e Discussão**

O processo estrutural das hortas comunitárias de Sete Lagoas, iniciado em 1982, ocorreu por meio de uma iniciativa da prefeitura da época, em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais, que se articularam para lidar com os problemas de lotes vagos embaixo dos fios de alta tensão da cidade, bem como a crise econômica que afetava o município. Nesse cenário, viu-se a criação de hortas comunitárias urbanas, geridas pelo governo municipal, como uma alternativa econômica e social. Assim, ficaram a cargo do município as seguintes funções: disponibilizar a área de plantio, água e energia elétrica de forma gratuita, garantir assistência técnica junto a EMATER-MG e disponibilizar equipe de instrutores para atender a horta de forma permanente (CALBINO et al., 2017).

Apesar da importância do Estado em criar condições materiais e técnicas para o suporte das hortas comunitárias, em um resgate histórico, não foram registrados nos relatos e nos documentos, a participação dos produtores na elaboração da política pública. Ainda que se compreenda que a prefeitura, eleita democraticamente, representa aos interesses da sociedade civil, o uso de recursos participativos, como chamamentos públicos, poderia incluir, desde o início da política, os potenciais agricultores e agricultoras.

Nesse sentido, Paulo Freire (1969) resgata que o risco dessa conduta é que um programa, mesmo elaborado em equipe de técnicos, porém, quando não considera a percepção crítica de como os camponeses percebem a sua realidade, a tendência é incorrer em baixa adesão às proposições, uma vez que não serão raras as ocasiões em que o que é problema real para os técnicos não o é para os camponeses.



Não por menos, isso ficou evidenciado, durante a pesquisa, os relatos de técnicos que enfatizavam que os produtores não seguiam as sugestões que lhes eram repassadas, ou mesmo que o mais difícil na intervenção extensionista era “colocar na cabeça do produtor, a importância de cooperarem para sobreviver”. Frases como essa, reforçam o plano de fundo que coloca os produtores como os próprios culpados das ações em que, contudo, não participam, e não deliberam sobre o que lhes é imposto. Portanto, o ato assistencialista subjuga uma ideia de subvalorização dos indivíduos, no caso, os produtores, que são vistos e julgados como um problema, como inferiores, por não seguir as orientações dos técnicos, dos especialistas, no caso, os representantes da prefeitura.

Outro elemento crítico nas práticas adotadas na gestão das hortas era a cultura de ofertar os recursos materiais, os suportes técnicos, contudo, não colocando os produtores como protagonistas das suas ações. Os excertos dos agricultores urbanos sugerem que as fases onde o funcionamento era mais adequado a seu ponto de vista, seriam méritos de políticos em realização de mandato no período.

“Era tudo pela prefeitura, e os produtores ganhavam tudo da prefeitura, era enxada, era ferramenta, a gente não comprava nada. E de lá pra cá, piorou demais, acabou! Lá tinha um lugar que tinha tudo que precisava de ferramenta”.

“O melhor prefeito foi o X. Ele interessava pelas hortas, ele dava muita assistência, dava esterco, ele era muito bom. Eles deixavam a gente colocar irrigação por nossa conta, aqui tudo tinha irrigação, aquela mangueirinha furada. Agora os novos, eles vieram aqui e não deixaram mais não!

Observa-se nas falas a ideia de que o Estado não se encontra cumprindo com o subsídio e dificultando o funcionamento das práticas agrícolas. Ademais, registra-se a ênfase no uso da água, da irrigação, sem um sistema de manutenção dos equipamentos como bombas e encanamentos, prejudicando assim a distribuição de acordo com as necessidades específicas de cada produtor, além do alcance da água nas áreas mais distantes da fonte.

A relação entre os gestores municipais e os agricultores é marcada por conflitos, conforme registrado pelos pesquisadores durante uma audiência pública no município para discutir formas de incentivo ao escoamento dos produtores das hortas. Na ocasião, um debate no plenário ocorreu entre uma figura da prefeitura e uma liderança de produtores das hortas com trocas de acusações. Enquanto o produtor denunciava o suposto descaso da prefeitura em ofertar mais recursos para as hortas, o representante da prefeitura registrava indignação por receberem



subsídios para produzir sem custos de água, terra, assistência técnica e ainda reclamavam.

Outro aspecto crítico na gestão da política pública das hortas comunitárias é a deliberação de quem são os beneficiários pelo acesso às terras. No estatuto das hortas, a esfera municipal deliberou que para tornar público e equânime o acesso à população, o candidato deve se submeter a uma avaliação de renda no Conselho Regional de Assistência Social do município, no intuito de atenderem cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Ademais, após o cadastro aprovado, cada família contemplada tem o direito a apenas um canteiro com a medição de 360m<sup>2</sup>. A dinâmica proposta é majoritariamente denominada pela Administração Política, onde não houve um convite a comunidade para a participação nas tomadas de decisões dos critérios de escolha dos agricultores, trazendo limitações aos aspectos comunitários e solidários.

É nessa tensão que a gestão das hortas é marcada por conflitos e pelas consequentes dificuldades de se estabelecer relações de confiança. Observou-se na pesquisa de campo que o isolamento entre os produtores por vezes causou a diminuição de ações que corroborem para um bem coletivo, como o controle da proliferação de pragas, devido ao manejo e trato individualizados nos canteiros e o não trato em canteiros abandonados. Ademais, o baixo vínculo solidário traz restrições para a aquisição de produtos com menor custo em uma compra coletiva de insumos, além da limitada capilaridade política para estratégias de comercialização e ou articulações para a resolução de problemas que afetam o coletivo.

## **Conclusões**

Ao se discutir as limitações das hortas comunitárias a partir da dinâmica do papel do Estado, não se propôs criticar a natureza dessa iniciativa, uma vez que negar as políticas públicas aos mais vulneráveis, é a reprodução ideológica dos mais altos estratos que tendem a encarar os direitos políticos dos mais baixos, particularmente o de interferir no poder, como coisa absurda e imoral (FREIRE, 1977).

Portanto, ao problematizar as dimensões contraditórias e tensas dessa relação, buscou-se contribuir com a temática a partir do olhar freireano sobre a dinâmica das práticas dos atores. Deste modo, concluiu-se que se os elementos indicados representam os possíveis limites e tensões na elaboração de políticas públicas que envolvem públicos com valores e perfis distintos, uma alternativa, talvez, seria o



convite da participação dos produtores já contemplados nas hortas para a sua ação ativa na gestão das diversas etapas das hortas comunitárias. Portanto, imobilizar os camponeses exercendo ainda sobre eles uma prática assistencialista, não pode constituir-se no caminho para tal superação.

### **Referências bibliográficas**

CALBINO, Daniel et al. Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 14, n. 2, p. 59-80, 2017.

CARVALHO, Erika. Plantando em quarteirões: Um estudo de caso sobre a agricultura urbana em Sete Lagoas. Monografia (Especialização )- Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2006

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.